

## MAPFRE Vida S.A.

CNPJ: 54.484.753/0001-49



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, Parecer dos Atuariais Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, referentes às atividades da MAPFRE Vida S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade prescritas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, que entram em vigor a partir da data de sua publicação.

A MAPFRE Vida S.A. atua no segmento de seguros de pessoas, com concentração em seguros coletivos e participação no seguro do Convênio DPVAT da Seguradora Líder.

## Reformulação societária

Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil S.A., por meio de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e GRUPO MAPFRE, por meio de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., foi concretizada dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL e MAPFRE que a partir de 30 de novembro de 2018 teve sua reformulação por meio do ACORDO DE REESTRUTURAÇÃO DA PARCERIA.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
<b>Ativo Circulante</b>		<b>918.293</b>	<b>913.825</b>
Disponível		2.107	574
Caixa e bancos	5	2.107	574
Equivalentes de caixa	5	4.007	1.481
Aplicações	6	743.004	731.870
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>		<b>119.348</b>	<b>114.637</b>
Prêmios a receber	7	83.229	88.009
Operações com seguradoras	8a	30.964	15.729
Operações com resseguradoras	9a	5.155	10.899
Outros créditos operacionais	9a	3.299	5.414
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	2.120	6.394
Títulos e créditos a receber		32.014	37.360
Títulos e créditos a receber		878	5.648
Créditos tributários e previdenciários	24b	28.795	29.144
Outros créditos		2.341	2.568
Outros valores e bens		-	87
Outros valores		4.804	5.246
Despesas antecipadas		7.590	10.762
Custos de aquisição diferidos	10	7.590	10.762
Seguros		354.326	342.338
Ativo não circulante		318.901	300.954
Realizável a longo prazo		118.219	89.921
Aplicações	6	118.219	89.921
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	2.402	60
Títulos e créditos a receber		197.349	209.845
Créditos tributários e previdenciários	24b	183.429	195.755
Depósitos judiciais e fiscais	21a	13.920	14.090
Custos de aquisição diferidos	10	859	1.128
Seguros		859	1.128
Investimentos		3.794	3.887
Participações societárias		240	245
Imóveis destinados à renda		3.554	3.632
Outros investimentos		-	10
Imobilizado	11	385	2.178
Bens móveis		316	1.341
Outras imobilizações		69	837
Intangível	12	31.246	35.319
Outros intangíveis		31.246	35.319
<b>Total de ativo</b>		<b>1.272.619</b>	<b>1.256.163</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2018	2017
<b>Passivo Circulante</b>		<b>552.994</b>	<b>544.020</b>
Contas a pagar		36.037	39.260
Obrigações a pagar	13	31.974	33.524
Impostos e encargos sociais a recolher		1.255	1.433
Encargos trabalhistas		977	1.379
Impostos e contribuições	14	1.831	2.924
<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>		<b>44.351</b>	<b>50.529</b>
Prêmios a restituir		105	3.603
Operações com seguradoras	8b	19.500	8.191
Operações com resseguradoras	9b	6.603	5.543
Corretores de seguros e resseguros	15	15.650	29.304
Outros débitos operacionais		2.493	3.888
<b>Depósitos de terceiros</b>	16	<b>19.178</b>	<b>12.548</b>
<b>Provisões técnicas - seguros</b>	17	<b>453.428</b>	<b>441.683</b>
Danos		97.605	89.409
Pessoas		315.319	294.799
Vida individual		40.504	57.475
<b>Passivo não circulante</b>		<b>281.496</b>	<b>267.107</b>
Provisões técnicas - seguros	17	252.985	240.820
Danos		9.663	14.012
Pessoas		226.062	209.598
Vida individual		17.260	17.210
Outros débitos	21	28.511	26.287
Provisões judiciais		28.511	26.287
<b>Patrimônio líquido</b>	22	<b>438.129</b>	<b>445.036</b>
Capital social		415.166	439.766
Redução de capital (em aprovação)		-	(24.600)
Reservas de lucros		19.592	29.266
Ajustes de avaliação patrimonial		3.371	604
<b>Total de passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.272.619</b>	<b>1.256.163</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

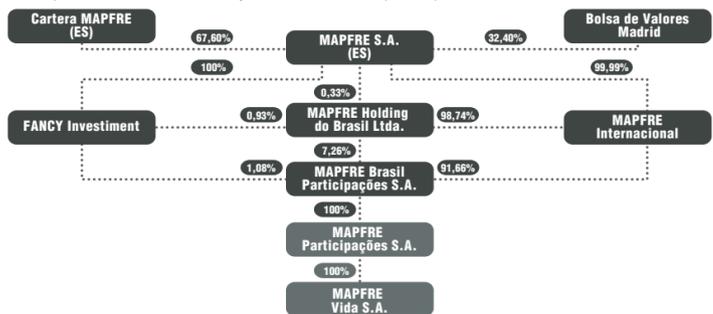
	Reservas de lucros				Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Redução de capital (em aprovação)	Reserva legal	Reserva de investimentos			
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>439.766</b>	-	<b>12.454</b>	<b>34.21</b>	<b>1.715</b>	-	<b>488.154</b>
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(1.111)	-	(1.111)
Redução de capital em aprovação - AGE de 15 de setembro de 2017 (nota explicativa nº 22a)	-	(24.600)	-	-	-	(24.600)	(24.600)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 11 de junho de 2018	-	-	-	(28.400)	-	-	(28.400)
Juros sobre o capital próprio pagos - Reunião de Diretoria em 08 de maio de 2017	-	-	-	(5.819)	-	-	(5.819)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	34.993	34.993
Distribuição do resultado:	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 08 de maio de 2017	-	-	-	-	(5.381)	(5.381)	(5.381)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 02 de junho de 2017	-	-	-	-	(8.400)	(8.400)	(8.400)
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 04 de julho de 2017	-	-	-	-	(4.400)	(4.400)	(4.400)
Reserva legal	-	-	1.749	-	-	(1.749)	-
Reserva de investimentos	-	-	-	15.063	-	(15.063)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>439.766</b>	<b>(24.600)</b>	<b>14.203</b>	<b>15.063</b>	<b>604</b>	-	<b>445.036</b>
Aprovação de redução de capital - SUSEP Portaria nº 703-1 em 02 de janeiro de 2018 (nota explicativa nº 22a)	(24.600)	24.600	-	-	2.767	-	2.767
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	47.496	47.496
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição do resultado:	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 20 de fevereiro de 2018	-	-	-	(3.000)	-	-	(3.000)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 12 de março de 2018	-	-	-	(7.900)	-	-	(7.900)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 09 de abril de 2018	-	-	-	(4.163)	-	-	(4.163)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 07 de maio de 2018	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 11 de junho de 2018	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 20 de agosto de 2018	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 10 de setembro de 2018	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 12 de novembro de 2018	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	2.375	-	-	-	2.375
Reserva de investimentos	-	-	-	3.014	-	-	(3.014)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>415.166</b>	<b>-</b>	<b>16.578</b>	<b>3.014</b>	<b>3.371</b>	-	<b>438.129</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Vida S.A. (doravante designada por "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em atividades de seguros de pessoas em todo território nacional. A Seguradora está sediada em São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar e cadastrada no CNPJ sob o nº 54.484.753/0001-49. Foi celebrado em 26 de junho de 2018 entre as Partes (Banco do Brasil S.A., BB Seguros Participações S.A., MAPFRE S.A., MAPFRE Internacional S.A., as Interventores (BB MAPFRE SH1 Participações S.A., Companhia de Seguros Aliança do Brasil e Aliança do Brasil Seguros S.A.), a MAPFRE BB SH2 Participações S.A. (atual MAPFRE Participações S.A.), a Brasilvitalis Companhia de Seguros, a MAPFRE Seguros Gerais S.A.), a MAPFRE Vida S.A. e a BB MAPFRE Assistência S.A. (atual MAPFRE Serviços S.A.) o ACORDO DE REESTRUTURAÇÃO DA PARCERIA. Em continuidade, sob a carta homologatória eletrônica SUSEP nº 18 de 06 de novembro de 2018, foi deferida a transferência do controle acionário indireto e a ingerência efetiva dos negócios da MAPFRE Vida S.A. para a MAPFRE S.A., sociedade constituída e organizada pelas Leis da Espanha. Em 31 de dezembro de 2018, o GRUPO MAPFRE apresentava a estrutura abaixo, cujo controlador acionário foi aprovado pelo Processo SUSEP nº 15414.622239/2018-88 de 06 de fevereiro de 2018.



## 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**a) Base de preparação:** Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho da Administração em 26 de fevereiro de 2019. **b) Comparabilidade:** Em 31 de dezembro de 2017, a Seguradora reclassificou, os valores de variação das provisões técnicas, apresentados anteriormente como variação das contas patrimoniais de provisões técnicas - seguros, que, entretanto, devem ser considerados como ajustes ao lucro líquido do exercício apresentado nas demonstrações do fluxo de caixa. Essas reclassificações foram feitas, para melhor apresentação e comparabilidade. Tais mudanças não impactaram o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais do período. **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real. **d) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: **i.** informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; **ii.** informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Nota 3g - Classificação dos contratos de seguro; • Notas 3k, 3m, 17 e 20 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Nota 6 - Aplicações; • Nota 21 - Provisões judiciais; e • Nota 24 - Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar. **f) Separação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. Para os principais itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as classificações de administrativas para circulante e judiciais para não circulante. **g) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2019 e algumas ainda não aprovadas pela SUSEP. **CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):** Substitui as orientações existentes no CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. O CPC 48 (IFRS 9) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9 (CPC 48), de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39 (CPC 38) para os períodos anuais até antes de até 1º de janeiro de 2021. Tal tratativa foi divulgada pelo CPC por meio do Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. A Administração concluiu que, suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2017 e 2018, essa predominância em atividades de seguros foi mantida e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9 (CPC 48) foram cumpridos. Diante disso, a Seguradora optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9 (CPC 48) e continuará a aplicar o IAS 39 (CPC 48) até a data efetiva do IFRS 17. **CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil:** O CPC 06 (R2) (IFRS 16) estabelece o princípio pelo o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos mercantis. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. **IFRS 17 - Contratos de seguros:** A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2021. Os normativos, CPC 48 (IFRS 9), CPC 06 (R2) (IFRS 16) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias e com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não

esteam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Aplicações e instrumentos financeiros:** A classificação dentro as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pelo qual o ativo foi adquirido. A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: **i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. **ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. **iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado do período se o valor contábil de seu valor justo para o resultado. **iv. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. **v. Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6c. **vi. Redução ao valor recuperável:** Ativos financeiros: Um ativo tem perda seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável, previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. **ii. Operações de seguros e resseguros:** A Seguradora reconhece uma redução ao valor recuperável, conforme determina a Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6º incisos 3º e 7º e artigo 7º, sobre os prêmios a receber, direitos, líquidos de comissões, comissão de estipulante, cosseguros e resseguros cedidos, IOF, Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) e Despesa de Comercialização Diferida (DCD), para os recebíveis relativos a riscos decorridos ou prêmios a receber vencidos e não pagos. Adicionalmente, para os saldos remanescentes, é reconhecido a redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência superar 60 (sessenta) dias da data do vencimento do crédito. Ainda, o montante da redução corresponderá à totalidade dos valores a receber de determinado segurado, independentemente de existirem outros valores a vencer deste mesmo devedor. Em 2018, a redução ao valor recuperável (RV) sobre os créditos a receber com resseguradores é baseada na Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6º, que considera o total dos créditos vencidos superiores a 180 dias. **iii. Ativos não financeiros:** Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de seu valor exceder seu valor recuperável. **d) Investimentos:** Compreende substancialmente imóveis urbanos não destinados ao uso próprio. **e) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados ao custo de aquisição. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 11. **f) Ativos intangíveis:** Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de softwares são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 12. **g) Classificação dos contratos de seguro:** A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **h) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferido, relativo aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "Receitas financeiras" em base *pro rata-die* ao longo do período de pagamento das

## Lucro líquido e por ação

A Seguradora apresentou lucro líquido de R\$ 47,5 milhões, aumento de 35,7 % em relação ao exercício anterior. O lucro por ação foi de R\$ 1,24 em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 0,91 no mesmo período do ano anterior.

## Distribuição de dividendos

No exercício foi deliberada a distribuição de lucros no total de R\$ 57,2 milhões na forma de dividendos, em Reuniões do Comitê de Direção realizadas em 20 de fevereiro, 12 de março, 09 de abril, 07 de maio, 11 de junho, 20 de agosto, 10 de setembro e 12 de novembro de 2018.

Conforme previsto no Estatuto da MAPFRE Vida S.A. uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Seguradora, o aumento de capital nas sociedades participadas e participação como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

## Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

☆ continuação

## MAPFRE Vida S.A. - CNPJ 54.484.753/0001-49

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

prazo. As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço é prestado. **Obrigações de longo prazo e aposentadorias:** A Seguradora é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela MAPFRE Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário-base de contribuição do participante e a Seguradora não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que os serviços são prestados pelos empregados. **ii. Outros benefícios de curto prazo:** Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e Administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **q) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairdade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **r) Arrendamento:** No início dos contratos de locação, o GRUPO MAPFRE realiza procedimento de identificação se os mesmos são ou contêm um arrendamento. Os arrendamentos de ativo imobilizado da Seguradora não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, portanto são classificados como arrendamentos operacionais não sendo reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos para os arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento e os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato. **s) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do semestre, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e o somatório do ajuste de imposto a pagar relacionado aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos, consideradas na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **g) Participações nos lucros:** A Seguradora registra mensalmente o reconhecimento dos lucros com base nos critérios de pagamento referentes ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

#### 4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: **• Risco de subscrição;** **• Risco de crédito;** **• Risco de liquidez;** **• Risco de mercado;** e **• Risco operacional.** A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do risco ao objetivo estratégico de cada um dos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk* (VaR), indicadores de capital econômico e outros. A estrutura de gestão de riscos é organizada em níveis de gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes comitês: **• Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê de Direção, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **• Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE. **• Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes, avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos, avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **• Comitê de direção:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório em relação às atividades de risco, com o objetivo de assegurar a adoção de uma política de riscos internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição de suas atribuições e níveis de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações acerca das atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo e um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

**Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorre. Pela natureza inerente de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria de probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor será a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorrerá para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro com resseguradores que possuem rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e volútos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas. **Concentração de riscos:** As exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Região geográfica	2018	
	Bruto de resseguro (*)	Líquido de resseguro
Centro Oeste	301.993 36%	301.993 37%
Nordeste	4.140 1%	4.140 1%
Sudeste	435.058 52%	428.546 52%
Sul	88.566 11%	88.465 10%
<b>Total</b>	<b>829.577 100%</b>	<b>823.144 100%</b>

Região geográfica	2017	
	Bruto de resseguro (*)	Líquido de resseguro
Centro Oeste	188.015 26%	188.015 26%
Nordeste	1.811 1%	1.811 1%
Sudeste	448.078 61%	442.971 61%
Sul	84.516 12%	84.064 12%
<b>Total</b>	<b>724.420 100%</b>	<b>718.861 100%</b>

(\*) As operações estão líquidas dos saldos de RVNE no montante de R\$ 4.579 (R\$ 1.031) em 2017 e DPVAT no montante de R\$ 28.587 (R\$ 36.931 em 2017). **Sensibilidade do risco de subscrição:** O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como seriam afetados o resultado e o patrimônio líquido, caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e da incerteza que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** Provisão de IBNR: simulado como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de ocorrência dos sinistros e a respectiva data de aviso à Seguradora poderia afetar o saldo da provisão de IBNR. O agravamento considerado baseia-se na elevação de 5% nos valores de atraso. **b) Sinistralidade:** Simulamos a elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de Risco	Sensibilidade	2018
a. IBNR	Aumento Coeficiente de variação dos fatores de IBNR	(5.314)
b. Sinistralidade	Aumento Elevação de 5% na sinistralidade	(24.467)

**Risco de crédito:** É o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares, levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar, por meio dos seguintes fatos: **• Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador;** **• Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e** **• Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas.** **Exposição ao risco de crédito de seguro:** Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Seguradora adota uma política de gerar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. No caso da resseguradora local MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A. e da admiãta MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. foi considerado o *rating* da MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.

#### Prêmio cedido aos resseguradores

Rating	2018				2017			
	Local	Admitida	Eventual	Total	Local	Admitida	Eventual	Total
A-	1.536	2.387	2.387	1.848	2.030	-	-	3.878
A-	531	2.339	531	1.681	-	-	-	1.681
<b>Total</b>	<b>1.887</b>	<b>2.387</b>	<b>2.339</b>	<b>6.613</b>	<b>3.029</b>	<b>2.030</b>	<b>-</b>	<b>5.559</b>

O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *A.M. Best* e *Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguro também colaboram para o monitoramento de risco de crédito de seguro, são determinadas através de política e norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito:** A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de *rating* mínimo "A", para alocação, com exceções. No caso de rebaixamento do *rating* a Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo quadro demonstrativo das classificações de *rating* em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Ativos financeiros - Rating	2018				2017			
	AAA	AA+	AA	AA-	AAA	AA+	AA	AA-
Títulos de renda fixa públicos (*)	841.061	5.066	7.920	-	841.200	5.066	7.920	-
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras financeiras	456	-	-	6.792	7.248	-	-	-
<b>Total</b>	<b>841.517</b>	<b>5.066</b>	<b>7.920</b>	<b>6.792</b>	<b>861.295</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Ativos financeiros - Rating	2017				2016			
	AAA	AA+	AA	AA-	AAA	AA+	AA	AA-
Títulos de renda fixa públicos (*)	792.688	5.068	-	4.292	792.688	5.068	-	4.292
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras financeiras	480	-	-	2.878	5.675	9.033	-	-
Outras aplicações	-	-	-	10.715	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>798.231</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.593</b>	<b>9.967</b>	<b>821.791</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(\*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 308.232 (R\$ 212.935 em 2017) com lastro em títulos públicos. A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* "AAA", uma vez que a contraparte é o Governo Federal. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's*, *Fitch Ratings* e *Moody's*. A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de pagar obrigações quando as dificuldades de acesso a recursos, quanto com a transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política

específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão do liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descaamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Seguradora, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significativa dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos. Não obstante a Seguradora apresentar índice de liquidez negativa na distribuição das faixas dos *agings* do ativo e do passivo, não apresenta insuficiência de liquidez, uma vez que mantém geração de caixa suficiente para honrar os compromissos de curto prazo e ainda mantém aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda que podem ser utilizadas no caso de eventual necessidade.

	2018			Total
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Disponível	2.107	-	-	2.107
Equivalente de caixa	4.007	-	-	4.007
Aplicações (*)	321.893	271.306	160.925	754.124
Créditos das operações de seguros e resseguros	119.348	-	-	119.348
Ativos de resseguro - provisões técnicas (***)	2.885	1.200	437	4.522
Outros créditos operacionais	3.299	-	-	3.299
Títulos e créditos a receber (**)	3.219	-	-	3.219
Despesas antecipadas	4.804	-	-	4.804
Ativos de aquisição diferidos	7.590	850	-	8.440
<b>Total do ativo</b>	<b>469.152</b>	<b>273.365</b>	<b>161.362</b>	<b>903.879</b>
Provisões técnicas (**)(***)	394.311	151.328	53.602	599.241
Contas a pagar	36.037	-	-	36.037
Débitos das operações com seguros e resseguros	44.351	-	-	44.351
Depósitos de terceiros	19.178	-	-	19.178
<b>Total do passivo</b>	<b>493.877</b>	<b>151.328</b>	<b>53.602</b>	<b>698.807</b>

	2017			Total
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Disponível	574	-	-	574
Equivalente de caixa	1.481	-	-	1.481
Aplicações (*)	246.567	399.635	72.100	718.302
Créditos das operações de seguros e resseguros	114.637	-	-	114.637
Ativos de resseguro - provisões técnicas (***)	2.826	2.917	711	6.454
Outros créditos operacionais	5.414	-	-	5.414
Títulos e créditos a receber (**)	8.216	-	-	8.216
Outros valores e bens	87	-	-	87
Despesas antecipadas	5.246	-	-	5.246
Custos de aquisição diferidos	10.762	1.128	-	11.890
<b>Total do ativo</b>	<b>395.810</b>	<b>403.680</b>	<b>72.811</b>	<b>872.301</b>
Provisões técnicas (**)(***)	261.081	259.810	58.191	579.082
Contas a pagar	39.260	-	-	39.260
Débitos das operações com seguros e resseguros	50.529	-	-	50.529
Depósitos de terceiros	12.548	-	-	12.548
<b>Total do passivo</b>	<b>363.418</b>	<b>259.810</b>	<b>58.191</b>	<b>681.419</b>

(\*) As aplicações financeiras foram alocadas considerando as datas de vencimento dos títulos e valores mobiliários. Os ativos financeiros e provisões técnicas relacionados a DPVAT, no valor de R\$ 107.171 (R\$ 103.489 em 2017) e R\$ 107.172 (R\$ 103.421 em 2017), respectivamente, não foram classificados no quadro acima por não estar sob a gestão da Administração. (\*\*) Os depósitos judiciais e fiscais e as provisões judiciais, nos montantes de R\$ 13.920 (R\$ 14.090 em 2017) e R\$ 28.511 (R\$ 26.287 em 2017), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 212.224 (R\$ 224.899 em 2017) também não foram classificados no quadro acima. (\*\*\*) No que se refere ao fluxo de saída das provisões de sinistros e ativos de resseguro relacionado a sinistro foi considerado a experiência histórica observada do padrão de pagamento.

**Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Seguradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela MAPFRE Investimentos S.A. com base em cenários de stress, histórico e nas metodologias de *Value at Risk* (VaR) e *Macaulay Duration*. O modelo de VaR é aplicado aos fundos de investimentos de Liquidez e Risco da Seguradora, utilizando-se de série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é de:

	2018	2017
Liquidez	R\$ 570.493	R\$ 570.493
Retabilidade	1	52.075

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às Carteiras de ALM (*Asset & Liability Management*) da Seguradora, que contempla as Carteiras Administradas e os fundos com ativos mantidos até o vencimento. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 4,23 anos (3,49 em 2017) frente a um patrimônio de R\$ 125.426 (R\$ 113.598 em 2017) e está de acordo com as diretrizes de ALM do GRUPO MAPFRE, sendo revisado, periodicamente, pelo Comitê Financeiro. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balançamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno.

#### 6. APLICAÇÕES

**a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico:** Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante.

Títulos	Hierarquia a valor justo	Vencimento					Sem vencimento		Ativos		Total			
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Em vencimento	Valor contábil	Valor de curva	Valor justo	Ganho/perda não realizada					
<b>Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado</b>														
Fundos de investimentos		308.717	253.940	60.001	107.083	729.741	729.741	729.741	(G)	- 729.741	85%	707.096	86%	
Quotas de fundos de investimentos - DPVAT	1	-	-	-	107.171	107.171	107.171	107.171	(G)	- 107.171	15%	103.489	15%	
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	485	253.940	60.001	314.426	314.426	314.426	314.426	(G)	- 314.426	43%	390.729	55%	
Operações compromissadas (*)	1	308.232	-	-	308.232	308.232	308.232	308.232	(G)	- 308.232	42%	219.935	30%	
Outros	2	-	-	-	(88)	(88)	(88)	(88)	(G)	- (88)	0%	(57)	0%	
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>		<b>13.264</b>	<b>17.366</b>	<b>100.924</b>	<b>131.554</b>	<b>125.427</b>	<b>131.554</b>	<b>131.554</b>	(G)	<b>(6.127)</b>	<b>131.554</b>	<b>15%</b>	<b>114.695</b>	<b>14%</b>
Carteira administrada		<b>13.264</b>	<b>17.366</b>	<b>100.924</b>	<b>131.554</b>	<b>125.427</b>	<b>131.554</b>	<b>131.554</b>	(G)	<b>(6.127)</b>	<b>131.554</b>	<b>100%</b>	<b>114.695</b>	<b>100%</b>
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1													

☆ continuação

## MAPFRE Vida S.A. - CNPJ 54.484.753/0001-49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

## 17. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	2018	
						Total	2017
<b>Provisões técnicas - seguros</b>							
<b>Saldo inicial</b>	<b>48.471</b>	<b>430.655</b>	<b>14.135</b>	<b>181.663</b>	<b>2.405</b>	<b>5.274</b>	<b>682.503</b>
Constituições	94.493	—	—	19.538	2.842	—	117.333
Diferimento pelo risco decorrido	(95.937)	—	—	—	—	—	(95.937)
Aviso de sinistros	—	939.184	—	—	—	—	939.184
Pagamento de sinistros	—	(447.078)	—	—	(2.317)	—	(449.395)
Ajuste de estimativa de sinistros	—	(496.621)	—	—	—	—	(496.621)
Atualização monetária e juros	—	14.559	—	—	—	—	14.559
Reversões	—	—	(5.213)	—	—	—	(5.213)
<b>Saldo final</b>	<b>47.027</b>	<b>440.699</b>	<b>8.922</b>	<b>201.101</b>	<b>2.930</b>	<b>5.734</b>	<b>706.413</b>

Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	2017	
						Total	2016
<b>Provisões técnicas - seguros</b>							
<b>Saldo inicial</b>	<b>52.675</b>	<b>404.796</b>	<b>20.515</b>	<b>167.731</b>	<b>2.544</b>	<b>4.371</b>	<b>652.632</b>
Constituições	91.731	—	—	13.832	2.522	—	108.988
Diferimento pelo risco decorrido	(95.935)	—	—	—	—	—	(95.935)
Aviso de sinistros	—	701.703	—	—	—	—	701.703
Pagamento de sinistros	—	(363.952)	—	—	—	—	(366.613)
Ajuste de estimativa de sinistros	—	(317.185)	—	—	(2.661)	—	(317.185)
Atualização monetária e juros	—	5.293	—	—	—	—	5.293
Reversões	—	—	(6.380)	—	—	—	(6.380)
<b>Saldo final</b>	<b>48.471</b>	<b>430.655</b>	<b>14.135</b>	<b>181.563</b>	<b>2.405</b>	<b>5.274</b>	<b>682.503</b>

Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	2018	
						Total	2017
<b>Provisões técnicas - resseguros</b>							
<b>Saldo inicial</b>	<b>—</b>	<b>5.798</b>	<b>97</b>	<b>557</b>	<b>2</b>	<b>—</b>	<b>6.454</b>
Constituições	61	—	45	689	2	—	797
Pagamento de sinistros	—	(11.426)	—	—	—	—	(11.426)
Ajuste de estimativa de sinistros	—	8.697	—	—	—	—	8.697
<b>Saldo final</b>	<b>61</b>	<b>3.069</b>	<b>142</b>	<b>1.246</b>	<b>4</b>	<b>—</b>	<b>4.522</b>

Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	2018	
						Total	2017
<b>Provisões técnicas - resseguros</b>							
<b>Saldo inicial</b>	<b>—</b>	<b>10.045</b>	<b>137</b>	<b>518</b>	<b>14</b>	<b>—</b>	<b>10.714</b>
Constituições	—	—	—	39	—	—	39
Pagamento de sinistros	—	(21.938)	—	—	—	—	(21.938)
Ajuste de estimativa de sinistros	—	17.986	—	—	—	—	17.986
Atualização monetária e juros	—	(295)	—	—	—	—	(295)
Reversões	—	—	(40)	—	(12)	—	(52)
<b>Saldo final</b>	<b>—</b>	<b>5.798</b>	<b>97</b>	<b>557</b>	<b>2</b>	<b>—</b>	<b>6.454</b>

(\*) Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais líquido de resseguro no montante de R\$ 211.845 (R\$ 191.823 em 2017).

## 18. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito, deduzido o cosseguro e resseguro cedido (não estão incluídas as operações do Consórcio DPVAT).

## Bruto de resseguro

Montante estimado para os sinistros	Ano do aviso do sinistro					
	Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018
No ano do aviso	3.163.811	380.724	340.501	391.193	391.802	466.718
Um ano após o aviso	3.197.022	377.222	334.737	387.709	394.273	394.273
Dois anos após o aviso	3.221.953	378.088	338.398	398.708	—	—
Três anos após o aviso	3.244.836	377.833	348.493	—	—	—
Quatro anos após o aviso	3.262.456	393.496	—	—	—	—
Cinco anos ou mais após o aviso	3.296.230	—	—	—	—	3.296.230
Estimativa de Sinistros	—	—	—	—	—	—
Incorporados em 31.12.2018	3.296.230	393.496	348.493	398.708	394.273	466.718
Pagamentos efetuados até 31.12.2018	3.211.332	314.455	294.423	346.090	345.774	354.684
Provisão de sinistros a liquidar no exercício de análise	84.898	79.041	54.070	52.618	48.499	112.034
Provisão Agregada de Sinistros em 31.12.2018 (*)	—	—	—	—	—	115.199

Total de provisão	Ano do aviso do sinistro					
	Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018
(PSL, IBNR, IBNeR, PDR e sem DPVAT)	—	—	—	—	—	546.359
Provisões DPVAT	—	—	—	—	—	107.172
Retrocessão	—	—	—	—	—	121
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)	—	—	—	—	—	653.652

Montante de sinistros pagos	Ano do aviso do sinistro					
	Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018
No ano do aviso	2.627.310	247.670	240.056	286.837	288.344	354.684
Um ano após o aviso	3.019.776	298.264	282.559	336.574	345.774	345.774
Dois anos após o aviso	3.084.388	303.683	289.493	346.090	—	—
Três anos após o aviso	3.130.681	306.889	294.423	—	—	—
Quatro anos após o aviso	3.171.165	314.455	—	—	—	—
Cinco anos ou mais após o aviso	3.211.332	—	—	—	—	3.211.332
Pagamentos efetuados até 31.12.2018	3.211.332	314.455	294.423	346.090	345.774	354.684

Líquido de resseguro	Ano do aviso do sinistro					
	Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018
No ano do aviso	2.783.628	379.406	338.579	385.927	390.359	450.886
Um ano após o aviso	3.092.448	377.131	331.688	372.318	385.257	385.257
Dois anos após o aviso	3.141.053	376.892	333.583	376.098	—	—
Três anos após o aviso	3.189.711	375.472	337.067	—	—	—
Quatro anos após o aviso	3.211.247	380.778	—	—	—	—
Cinco anos ou mais após o aviso	3.238.925	—	—	—	—	3.238.925
Estimativa de Sinistros	—	—	—	—	—	—
Incorporados em 31.12.2018	3.238.925	380.778	337.067	376.098	385.257	450.886
Pagamentos efetuados até 31.12.2018	3.110.654	312.127	290.214	330.515	343.305	354.106
Provisão de sinistros a liquidar no exercício de análise	128.271	68.651	46.853	45.583	41.952	96.780
Provisão Agregada de Sinistros em 31.12.2018 (*)	—	—	—	—	—	113.808

Total de provisão	Ano do aviso do sinistro					
	Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018
(PSL, IBNR, IBNeR, PDR e sem DPVAT)	—	—	—	—	—	546.359
Provisões DPVAT	—	—	—	—	—	107.172
Retrocessão	—	—	—	—	—	121
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)	—	—	—	—	—	649.191

Montante de sinistros pagos	Ano do aviso do sinistro					
	Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018
No ano do aviso	2.557.009	247.670	240.056	286.837	288.478	354.106
Um ano após o aviso	2.936.150	298.264	279.672	322.578	343.305	343.305
Dois anos após o aviso	2.997.830	302.578	285.284	330.515	—	—
Três anos após o aviso	3.040.479	304.664	290.214	—	—	—
Quatro anos após o aviso	3.073.471	312.127	—	—	—	—
Cinco anos ou mais após o aviso	3.110.654	—	—	—	—	3.110.654
Pagamentos efetuados até 31.12.2018	3.110.654	312.127	290.214	330.515	343.305	354.106

(\*) Refere-se ao montante das provisões de IBNR e IBNeR, o qual não é possível segregar por sinistros.

## 19. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Provisões técnicas	2018		2017	
	Parcela correspondente a resseguros contratados	DPVAT	(107.172)	(103.421)
<b>Total e seu coberto</b>	<b>594.780</b>	<b>572.628</b>	<b>594.780</b>	<b>572.628</b>
Quotas e fundos de investimentos	621.967	603.041	621.967	603.041
Títulos de renda fixa - públicos	111.320	85.587	111.320	85.587
Títulos de renda fixa - privados	20.234	29.108	20.234	29.108
<b>Bens oferecidos em cobertura</b>	<b>753.521</b>	<b>717.736</b>	<b>753.521</b>	<b>717.736</b>
<b>Ativos livres</b>	<b>158.741</b>	<b>145.108</b>	<b>158.741</b>	<b>145.108</b>

## 20. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais de sinistros por probabilidade de perda	2018		2017	
	Quantidade	Valor da causa	Quantidade	Valor da causa
Provável	5.401	211.845	5.046	191.823
<b>Total</b>	<b>5.401</b>	<b>211.845</b>	<b>5.046</b>	<b>191.823</b>

(\*) Os valores estão apresentados líquidos de resseguros e cosseguro cedido.

## b) Composição das ações por ano

Ano de abertura	2018		2017	
	Quantidade	PSL judicial (*)	Quantidade	PSL judicial (*)
de 1993 a 2000	16	576	13	112
de 2001 a 2005	327	18.222	344	19.502
de 2006 a 2010	1.004	46.417	1.123	48.144
de 2011 a 2015	1.932	81.980	2.115	83.585
de 2016 a 2018	2.122	64.650	1.451	40.280
<b>Total</b>	<b>5.401</b>	<b>211.845</b>	<b>5.046</b>	<b>191.823</b>

(\*) Os valores estão apresentados líquidos de resseguros e cosseguro cedido. O prazo médio para pagamento de sinistros judiciais é de 74 meses.

## c) Movimentação da provisão de sinistros judiciais

Montante de ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontram provisionadas	2018		2017	
	Montante provisionado de ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontram provisionadas	Processos encerrados sem pagamento no exercício corrente, para os quais havia provisão constituída	Montante provisionado de ações judiciais pagas no exercício corrente e não provisionadas	Processos encerrados sem pagamento no exercício corrente, para os quais havia provisão constituída
	7.825	16.325	7.825	16.325
	30.078	6.024	30.078	6.024
	4.836	4.923	4.836	4.923

## 21. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Composição	Provisões judiciais		Depósitos judiciais (*)	
	2018	2017	2018	2017
<b>Natureza</b>				
Fiscais	—	—	2.554	2.433
PIS/COFINS	—	—	1.833	1.833
INSS	—	—	628	600
Trabalhistas	2.855	1.712	223	235
Cíveis	25.656	24.575	742	662
Outros	—	—	2.446	2.231
<b>Total</b>	<b>28.511</b>	<b>26.287</b>	<b>5.965</b>	<b>5.561</b>

(\*) Não inclui depósitos judiciais referentes a sinistros em discussão judicial de R\$ 7.955 (R\$ 8.529 em 2017).

**Provisões judiciais Fiscais** - A Seguradora possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento. Os valores provisionados, assim como os depósitos judiciais que possui, são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC, e são informados seus saldos na data-base de 31 de dezembro de 2018. **PIS/COFINS** - A Seguradora discute judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de COFINS sobre sua atividade, e majoração da base de cálculo do PIS. Aguarda julgamento de Recursos Especial e Extraordinário. Os valores envolvidos na ação

☆ continuação

## MAPFRE Vida S.A. - CNPJ 54.484.753/0001-49

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da

**MAPFRE Vida S.A.**  
São Paulo - SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Vida S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Vida S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**  
A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da

**MAPFRE Vida S.A.**  
São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da MAPFRE Vida S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2018, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

#### Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

#### Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Sociedade e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o

#### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Sociedade para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da MAPFRE Vida S.A..

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

#### Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção acima referidos da MAPFRE Vida S.A. em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

#### Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos de Sinistros e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Companhia um plano de ação para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.

**KPMG**

**KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.**

CNPJ: 02.668.801/0001-55

CIBA 48

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.

**KPMG**

**KPMG Auditores Independentes**

CRC 25P014428/O-6

**Fernando Antônio Rodrigues Alfredo**

Contador CRC 15P252419/O-0

<b>Anexo I MAPFRE Vida S.A. (Em milhares de Reais)</b>	
<b>1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro</b>	<b>2018</b>
<b>Total de provisões técnicas</b>	<b>706.413</b>
<b>Total de provisões técnicas auditadas(*)</b>	<b>599.241</b>
<b>Total de ativos de resseguro</b>	<b>4.522</b>
<b>Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros</b>	<b>3.993</b>
<b>2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas(*)</b>	
Provisões técnicas auditadas (a)	599.241
Valores redutores auditados (b)	4.461
<b>Total a ser coberto (a-b)</b>	<b>594.780</b>
(*) De acordo com a Resolução CNSP nº 321/2015 a auditoria atuarial do DPVAT é responsabilidade da seguradora administradora dos consórcios	
<b>3. Demonstrativo do Capital Mínimo</b>	
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	186.385
<b>Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)</b>	<b>186.385</b>
<b>4. Demonstrativo da solvência</b>	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	268.278
Exigência de Capital (CMR) (b)	186.385
<b>Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)</b>	<b>81.893</b>
Ativos garantidores (d)	753.521
Total a ser coberto (e)	594.780
<b>Suficiência / (Insuficiência) dos Ativos garantidores (f = d - e)</b>	<b>158.741</b>
Ativos Líquidos (g)	158.741
Capital de Risco (CR) (h)	186.385
<b>Índice de liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)</b>	<b>85%</b>
(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.	
<b>5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)</b>	
0929	25
0969, 0984, 1391	1.413
0990	1.500
1381	1.595
0977, 0982	1.993
0980	2.392
0993	2.791

**Joel Garcia**

Atuário MIBA 1131

### DIRETORIA

**LUIS GUTIÉRREZ MATEO**

Diretor Presidente

**AGUSTIN DAVID BELLO CONDE VALDES**

FRANCISCO EUGÊNIO LABOURT

**MAURICIO GALIAN**

RAPHAEL DE LUCA JÚNIOR

### CONTADORA

**DANIELE GOMES YOSHIDA** - CRC 15P 255783/O-1

### ATUÁRIA

**VERA LÚCIA FERNANDES LOPES** - MIBA 817

mapfre.com.br

UMA EMPRESA QUE OFERECE  
SEGURO PRA TUDO?

# Á EU VIM MAPFRE.

A MAPFRE é a seguradora global que ajuda o cliente a entender qual é a melhor solução para cada necessidade. Ela tem um portfólio completo para você encontrar tudo o que precisa e ainda oferece facilidades como assistência presencial em todo o país e atendimento a colisões pequenas e médias diretamente pelo aplicativo.

Quer fazer um seguro que entende você?

**Pede MAPFRE pro seu corretor.**



**MAPFRE**

A seguradora global de confiança